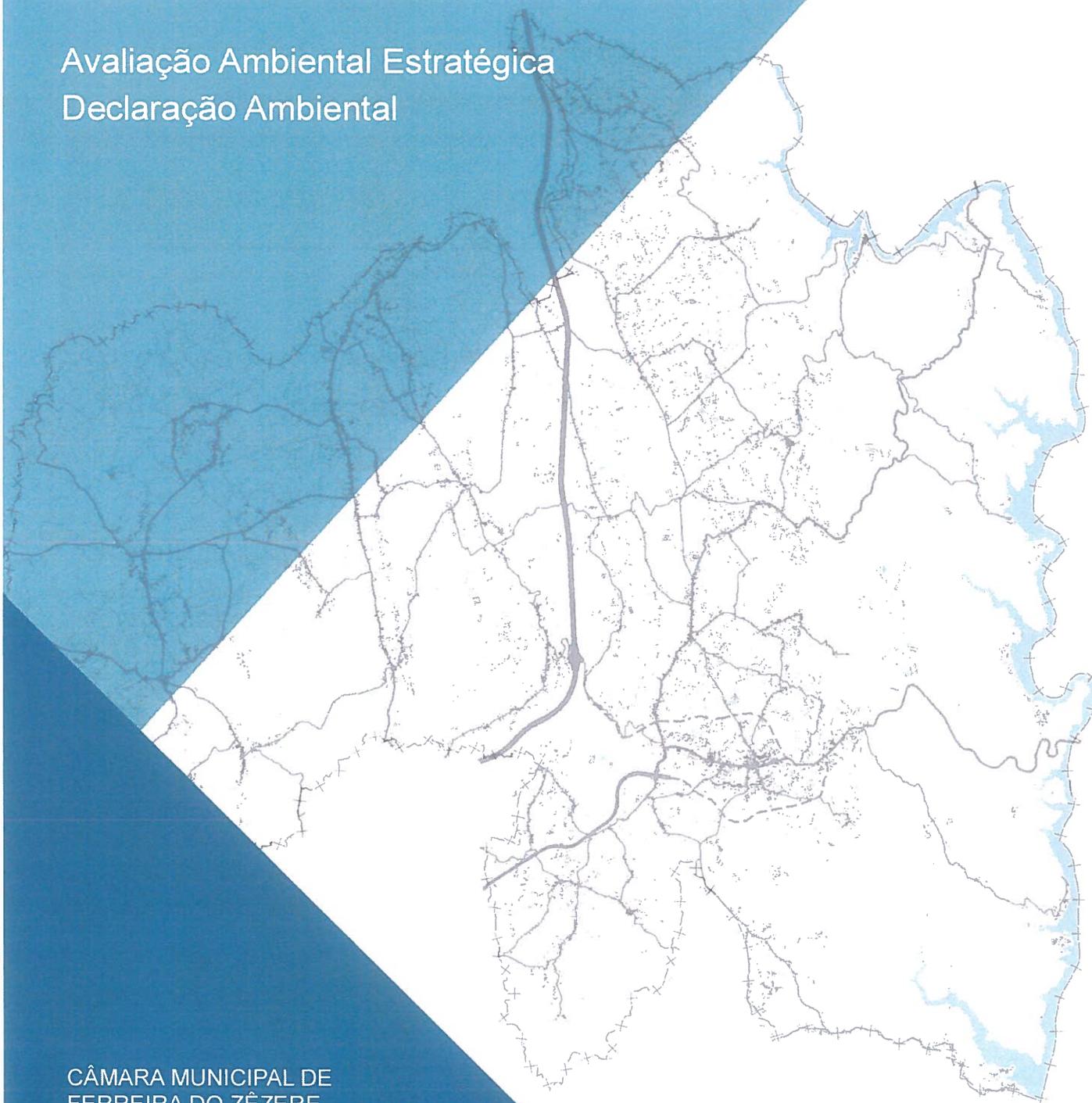


2/1

# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Avaliação Ambiental Estratégica  
Declaração Ambiental



CÂMARA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE

20 de setembro de 2024



## ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>3</b>
<b>1. FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS FORAM INTEGRADAS NA REVISÃO DO PDMFZ.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 METODOLOGIA.....</b>	<b>4</b>
<b>1.2 FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1.3 OPORTUNIDADES E RISCOS POR FCD .....</b>	<b>7</b>
<b>2. RESULTADOS DAS CONSULTAS TRANSFRONTEIRIÇAS .....</b>	<b>11</b>
<b>3. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA E INSTITUCIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>4. RAZÕES QUE FUNDAMENTARAM A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PDMFZ .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1 ALTERNATIVAS .....</b>	<b>13</b>
<b>5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS .....</b>	<b>13</b>

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento constitui a **Declaração Ambiental (DA)**, integrante do processo de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da Revisão do **Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere (PDMFZ)**.

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere é a entidade responsável pela coordenação e acompanhamento do referido plano.

De acordo com a alínea b) do n.º1 do artigo 10º, do Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na DA devem constar os elementos que se seguem:

- i. A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano ou Programa;
- ii. As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º (consulta pública e institucional, elaborada sobre o Relatório Ambiental e correspondente projeto de Plano ou Programa) e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- iii. Os resultados das consultas transfronteiriças realizadas (artigo 8º), se aplicável;
- iv. As razões que fundamentaram a aprovação do Plano ou Programa (à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração);
- v. As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11º - avaliação e controlo).

## 1. FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS FORAM INTEGRADAS NA REVISÃO DO PDMFZ

### 1.1 METODOLOGIA

A Avaliação Ambiental (AA) da Revisão do PDMFZ foi desenvolvida considerando uma metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em acordo com as boas práticas identificadas em guias para a sua elaboração, segundo as quais esta deverá ocorrer em simultâneo com o processo de elaboração do Plano, considerando aspetos relevantes para o mesmo, num contexto de sustentabilidade e de seleção de opções de carácter estratégico para proceder à devida avaliação.

Em coerência com a abordagem metodológica, a componente técnica da AAE integra as seguintes fases:

Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE;

Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental;

Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental;

Fase 4 – Seguimento.

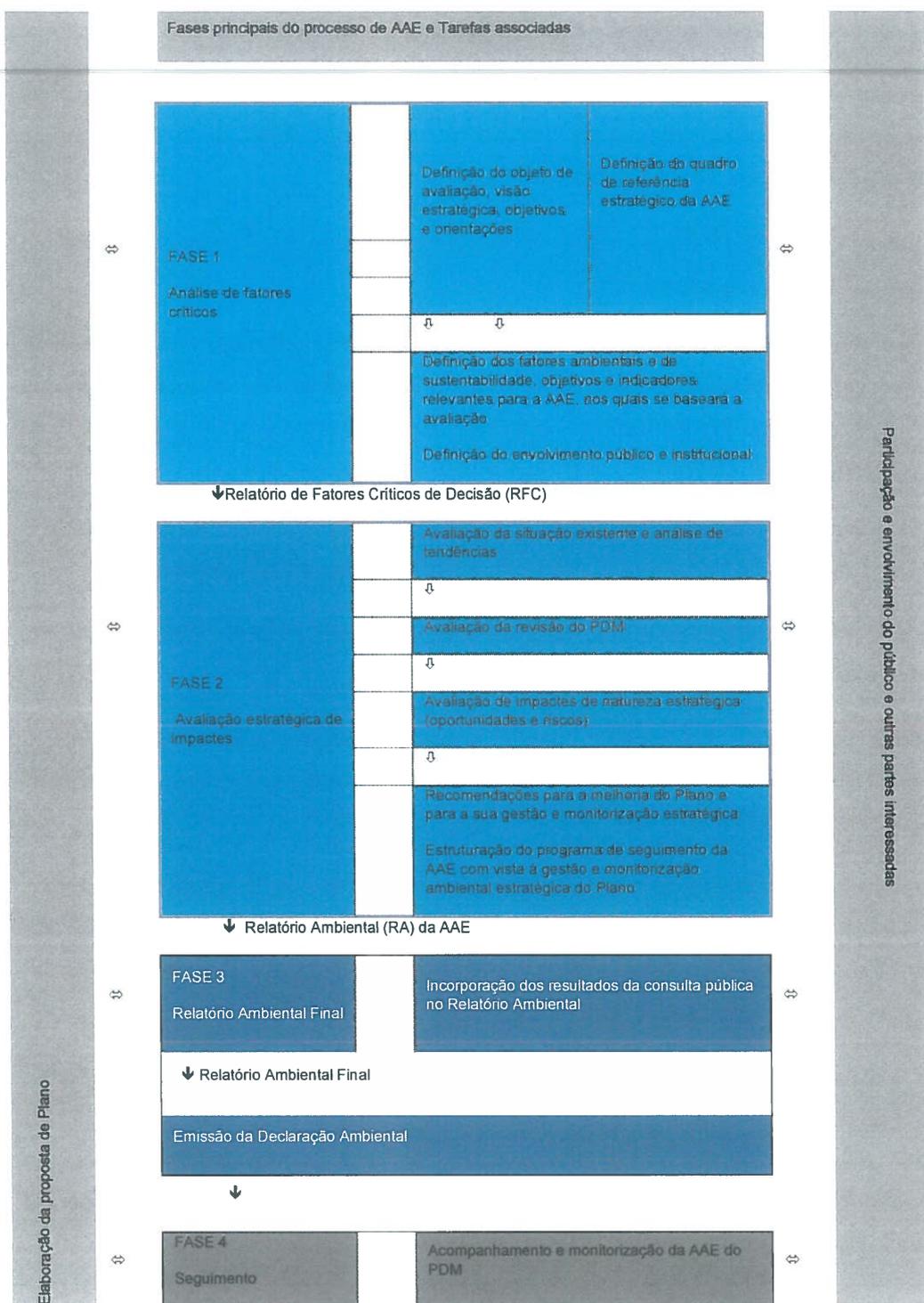


Figura 1. Fase da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).



## 1.2 FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

A definição dos FCD tem em conta um conjunto de elementos previstos pelo regime legal da AAE, nomeadamente:

- **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) - integra as macro-orientações de política internacional, europeia e nacional, os objetivos e as metas estabelecidas em matéria de ambiente e sustentabilidade, com as quais a AA do PDM estabelece relações;
- **Questões Estratégicas** (QE) - traduzem os objetivos e linhas de força do Plano Diretor Municipal e o seu potencial com as implicações ambientais;
- **Fatores Ambientais** (FA) - definem o âmbito ambiental relevante, e devem ser ajustados consoante o Plano em análise.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) preconizado e as Questões Estratégicas (QE) definidas no âmbito da presente alteração.

Os objetivos estratégicos apresentados foram sintetizados em Questões Estratégicas. As Opções Estratégicas identificadas para no âmbito da Alteração do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere integram as dimensões Ambiental, Económica e Social, consideradas as dimensões base do Desenvolvimento Sustentável.

Da análise das relações existentes nas tabelas anteriormente referidas, e da integração dos Fatores Ambientais (FA), estabelecidos pela legislação (e considerados como os mais relevantes), resultam então os Fatores Críticos de Decisão que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão. São eles:

- Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Ordenamento e Qualificação do Território
- Desenvolvimento económico e social
- Património e Paisagem

- Qualidade Ambiental
- Energia e Alterações Climáticas
- Riscos Naturais e Tecnológicos

A análise realizada no âmbito da AAE considerou que os FCD definidos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência.

### 1.3 OPORTUNIDADES E RISCOS POR FCD

De seguida apresentam-se análise de oportunidades e riscos por FCD onde se identificam os pontos positivos e negativos da alteração do plano.

Tabela 1. Análise SWOT do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Património natural classificado (ZEC Sicó/ Alvaiázere) Rede Natura 2000.</li><li>▪ Envolvente paisagística e ambiental (montanha, floresta, cursos de água)</li><li>▪ Proteção e valorização do património natural (existência de percursos sinalizados)</li><li>▪ Diversidade e Riqueza de Valores Naturais</li><li>▪ Potencial Florestal</li><li>▪ Território pouco fragmentado</li></ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Deficiente oferta de alojamento hoteleiro em TER</li><li>▪ Ausência de Zonas de Intervenção Florestal</li></ul>	

<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição da Estrutura Ecológica Municipal, no âmbito do PDMFZ</li> <li>▪ Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais.</li> <li>▪ Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de atividades lúdicas e didáticas ligadas à natureza.</li> <li>▪ Preservação e valorização dos valores naturais.</li> <li>▪ Otimizar a gestão e o ordenamento florestal.</li> <li>▪ Gestão sustentável dos recursos florestais.</li> <li>▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais.</li> <li>▪ Valorização dos recursos cinegéticos e piscícolas</li> <li>▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem.</li> <li>▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso.</li> <li>▪ Definir uma estrutura ecológica municipal.</li> <li>▪ Potencial para o estabelecimento de Zonas de Intervenção Florestal.</li> <li>▪ Existência de financiamento disponível no POSEUR para a elaboração de planos de gestão para as áreas classificadas Rede Natura 2000.</li> </ul>		<b>AMEAÇAS</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistência de ordenamento florestal e de definição de Estrutura Ecológica Municipal</li> <li>▪ Incêndios florestais</li> <li>▪ Conversão de solo rural em urbano.</li> <li>▪ Consumo de espaço florestal e natural para construção de infraestruturas urbanas e edifícios</li> <li>▪ Domínio do povoamento de eucalipto na área florestal</li> </ul>	

**Tabela 2. Análise SWOT do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de cobertura de redes (abastecimento, saneamento, eletricidade, comunicações)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Território em processo de quebra demográfica</li> <li>▪ Abandono das zonas agrícolas</li> <li>▪ Concentração dos equipamentos na freguesia de Ferreira do Zêzere</li> <li>▪ Número baixo acessos de internet de banda larga</li> <li>▪ Oferta de transporte público insuficiente</li> </ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhoria da oferta do Transporte Público</li> <li>▪ Novos equipamentos projetados (parque de campismo e autocaravanas; ginásio Municipal).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiência de medidas de requalificação do comércio tradicional</li> <li>▪ Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao crescente aumento populacional da freguesia de Ferreira do Zêzere</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>



**Tabela 3. Análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desemprego abaixo da média</li> <li>▪ Aumento do número de explorações agrícolas</li> <li>▪ Potencial natural e paisagístico adequado ao turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixo número de empresas sediadas</li> <li>▪ Baixo poder de compra da população</li> <li>▪ Baixo ganho médio mensal</li> </ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de zonas industriais infraestruturadas</li> <li>▪ Elevado potencial para turismo de natureza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixo nível de instrução da população</li> <li>▪ Alojamento turístico insuficiente</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>

**Tabela 4. Análise SWOT do FCD Património e Paisagem.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de património arquitetónico classificado</li> <li>▪ Grutas de Avecasta</li> <li>▪ Variedade e riqueza paisagística</li> <li>▪ Existência de sítios arqueológicos com diversidade topológica e cronológica</li> <li>▪ Existência de sítios arqueológicos com características para integrarem roteiros patrimoniais e serem alvo de valorização</li> <li>▪ Existência de património de arquitetura civil e religiosa inventariado</li> <li>▪ Povoação de Dornes e da Avecasta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistência de património classificado como de Interesse Municipal</li> <li>▪ Carência de ligação entre os diversos recursos turísticos (histórico-culturais-naturais)</li> <li>▪ Não existência de investimento em projetos de investigação relativo ao património arqueológico</li> </ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorização turística do património e paisagem</li> <li>▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais.</li> <li>▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem.</li> <li>▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso.</li> <li>▪ Criação de roteiros arqueológicos onde se destaque igualmente a paisagem onde se incluem</li> <li>▪ Criação de roteiros temáticos relativos ao património arquitetónico e ao património etnográfico</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos de investigação de arqueologia</li> <li>▪ Identificação de património arquitetónico e arqueológico inéditos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos para a salvaguarda do património arqueológico.</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>



**Tabela 5. Análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa capitação dos resíduos urbanos</li> <li>▪ Elevada taxa de separação seletiva de resíduos</li> <li>▪ Baixa taxa de deposição de resíduos em aterro</li> <li>▪ Boa qualidade da água da rede pública de abastecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Consumo de água muito elevado</li> <li>▪ Perdas de água muito elevadas</li> <li>▪ Frequentes excedências ao valor limite de ozono no ar</li> </ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elevada aptidão agrícola do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contaminação das águas superficiais e subterrâneas</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>

**Tabela 6. Análise SWOT do FCD Energia e Alterações Climáticas.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixas emissões de gases com efeito de estufa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Consumo doméstico de energia elétrica superior à média</li> </ul>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento e implementação de uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistência de fornecimento de gás natural</li> <li>▪ Inexistência de medidas de adaptação às alterações climáticas</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>

**Tabela 7. Análise SWOT ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos.**

<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de PMDFCI</li> <li>▪ Existência de PMEPC</li> </ul>		<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não existem instalações abrangidas pelo DL 150/2015.</li> <li>▪ Gestão florestal sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Risco elevado de erosão</li> <li>▪ Risco elevado de incêndio</li> <li>▪ Aumento do risco de incêndio provocado pelo abandono do espaço rural</li> </ul>	<b>AMEAÇAS</b>

## 2. RESULTADOS DAS CONSULTAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Uma vez que a área de intervenção do PDMFZ abrange apenas território municipal não fronteiriço, e não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outros Estados Membros da União Europeia, não foi realizada qualquer consulta transfronteiriça.

## 3. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA E INSTITUCIONAL

O processo de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere foi um processo longo que mereceu vários momentos de consulta institucional, e várias interações entre o Município e as diversas entidades intervenientes no processo.

No que diz respeito à AAE, as principais questões levantadas disseram respeito à conformidade do Plano com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, situação que foi transversal a todas as peças do Plano e que acompanham o Plano, (para além de toda a atualização necessária dos documentos de referência ao longo dos anos, e adequação de indicadores de análise).

Todas as interações, ponderação e concertação com as diversas entidades resultou no entendimento de que o Plano (e peças que o acompanham) tenham parecer favorável.

### Discussão Pública

A abertura do período de Discussão Pública da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere foi deliberada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária realizada a 18 de janeiro de 2023, por um período de 30 dias úteis, com início cinco dias após a publicação do respetivo aviso em Diário da República - Aviso n.º 3415/2023. Visto que se verificou a necessidade de atualização da Planta de Atos de Controlo Prévio submetida a Discussão Pública no âmbito da Revisão do PDM e após consulta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), a Câmara Municipal deliberou, na reunião realizada a 28 de junho de 2023, a abertura do período de Discussão Pública do Relatório de Atos de Controlo Prévio e da Planta de Atos de Controlo Prévio, bem como do Capítulo 9 do Relatório do Plano, por um período de 30 dias úteis, com início cinco dias após a publicação do respetivo aviso em Diário da República - Aviso n.º 15911/2023.

A divulgação da abertura dos períodos de discussão pública da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, decorreu através da comunicação social, da página da internet da Câmara Municipal, de sessões públicas e de afixação de editais nos locais de estilo, conforme disposto no n.º 1 do artigo 89.º do RJIGT. A proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere esteve disponível no balcão único de atendimento da Câmara Municipal, mediante acompanhamento técnico e com horário predefinido, bem como no site do município. Adicionalmente, importa referir que foram realizadas sessões públicas nas sedes de freguesias.

Ao longo dos períodos de discussão pública foram recebidas 190 participações, as quais, na sua maioria, consistem em pedidos para conferir capacidade construtiva aos prédios.

A participação pública é um pilar fundamental nos procedimentos desenvolvidos pela administração pública, balizada constitucionalmente nos direitos à informação, conforme o disposto no n.º 5 do Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, cumprindo também o estabelecido pelo RJIGT. Assim sendo, foram consideradas e ponderadas todas as participações e, sempre que possível, acauteladas nos elementos escritos e desenhados que integram a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, pelo que importa referir que foram efetuadas alterações, designadamente à Planta de Atos de Controlo Prévio e respetivo relatório, à Planta de Ordenamento: Classificação e Qualificação do Solo, à Planta de Condicionantes: Risco de Incêndio Rural, às propostas de áreas a excluir da REN e da RAN e respetivas plantas de condicionantes e ao Regulamento.

#### **4. RAZÕES QUE FUNDAMENTARAM A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PDMFZ**

O objetivo geral da Revisão do Plano é valorizar o papel do concelho de Ferreira do Zêzere no quadro das dinâmicas económicas e territoriais que se revelam dominantes na área do interior centro Português designadamente, da sustentação de um perfil de qualificação urbana e ambiental mais elevado com particular enfoque nos recursos florestais e na fileira turística, do reforço das infraestruturas essenciais ao desenvolvimento socioeconómico do concelho, da consolidação de uma estrutura económica apoiada no desenvolvimento de competências a nível humano e

institucional, e de uma valorização dos recursos culturais e dos princípios de cidadania como garantia de um reforço da coesão social.

De acordo com a AAE, a proposta do PDM desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Ferreira do Zêzere.

#### 4.1 ALTERNATIVAS

A par da avaliação FCD a FCD da alteração ao plano proposta, foi avaliada a situação na inexistência de alteração ao Plano.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a alteração de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Ferreira do Zêzere.

### 5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

Considerando as oportunidades e riscos identificados anteriormente, e em seguimento do AAE, que assenta fortemente na monitorização e avaliação do desempenho, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas a cada um dos FCD. No sentido de contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos que o plano preconiza:

#### ÁREAS CLASSIFICADAS

- Promover ações de conservação e valorização da área classificada do concelho

## CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Promover a proteção e preservação dos componentes da estrutura ecológica municipal
- Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal.

## GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- Promover a introdução de espécies autóctones.
- Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Criação de zonas de intervenção florestal, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
- Promover ações de reflorestação das áreas ardidas.

## USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano.
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola e florestal.
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, de áreas com interesse natural e ou corredores ecológicos relevantes.
- Implementação das regras de proteção e valorização ambiental definidas para as áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e urbano
- Promover a capacidade produtiva dos espaços agrícolas e florestais através do condicionamento de usos ou atividades que destruam as potencialidades e características dos solos;
- Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos.

- Proteger as aptidões naturais dos solos, potencia-las e evitar incompatibilidades entre usos ou atividades;

### COESÃO TERRITORIAL

- Promoção da coesão urbana.
- Promover o acesso dos cidadãos aos distintos equipamentos, reforçando a centralidade dos lugares.

### QUALIFICAÇÃO URBANA

- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.
- Promover a consolidação e qualificação das centralidades em áreas urbanas de elevada densidade urbana (sede de concelho e polos urbanos secundários), caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio.
- Criação de medidas de incentivo recuperação do edificado em vez de novas construções.
- Salvaguardar as condições de acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada em espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08.
- Assegurar a existência de espaços verdes e de infraestruturas que facilitem a prática de exercício físico por parte da população, e caso se justifique, espaços de jogo e recreio para os diferentes grupos etários, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27/12.

### MOBILIDADE

- Promover o uso de transportes públicos como aproveitamento sustentável dos novos traçados rodoviários e das requalificações e retificações dos traçados já existentes.
- Promover a melhoria da acessibilidade intra-freguesias.
- Promover a realização de estudos de mobilidade que acautelem os impactes dos fluxos rodoviários na rede, derivados da presença de polos potencialmente geradores de tráfego.
- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho.

## DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Promover a qualificação/adequação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Monitorização da fixação e qualificação da população residente.

## COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.
- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infraestruturas existentes e/ou a criar.
- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.
- Monitorização das iniciativas de promoção dos espaços de atividades económicas.
- Promover o desenvolvimento de empresas eficientes energeticamente e com recursos a técnicas limpas, visando a diminuição de poluentes;
- Melhorar as características das empresas atuais com novas orientações legislativas, de forma a garantir a sustentabilidade energética e ambiental;
- A promoção do potencial agrícola e pecuário deve ser ponderada com a avaliação impactes ambientais que este tipo de indústria causa;

## DINÂMICA TURÍSTICA

- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;
- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e valores patrimoniais, de modo a potenciar sinergias económicas.
- Garantir a salubridade das infraestruturas para a prática de turismo nas zonas balneares;

## PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Aumentar a reabilitação/reconversão do património construído e das edificações existentes face a nova construção, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços.

- Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, rotas pedestres, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas.
- Efetuar a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação.
- Reforçar as atividades de grupos culturais já existentes com o objetivo de preservar hábitos e costumes.
- Dar continuidade à carta arqueológica, tendo em conta que este é um documento que carece de atualização em contínuo.
- Monitorizar a conservação e preservação do património arquitetónico inventariado.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais do concelho.
- Promover a divulgação do património arqueológico do concelho junto da comunidade (por exemplo, visitas guiadas a estações arqueológicas e exposições temporárias de arqueologia).
- Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas e florestais, emitidos pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere.

#### **PAISAGEM**

- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais, de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e a minimização dos impactes visuais na paisagem.
- Analisar a compatibilidade dos trilhos, caminhos e outras atividades de lazer com o espaço envolvente.

#### **AR**

- Melhoria dos sistemas de transportes públicos
- Concentração nos espaços industriais, das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado.
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.

- Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.
- Incentivar as indústrias locais na redução da poluição do ar, através da instalação de sistemas de controlo de emissão de poluentes;
- Monitorizar periodicamente as fontes poluidoras.

## RESÍDUOS

- Incentivo ao funcionamento das indústrias em "círculo", promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento dos resíduos gerados;
- Monitorizar regularmente as zonas de depósitos dos resíduos, a fim de evitar o risco de incêndio;
- Desenvolver um sistema de recolha de resíduos agrícolas que permitam um destino e tratamento adequado.

## RUÍDO

- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas, uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.
- Concentração nas zonas industriais, das unidades potencialmente geradoras de elevados níveis de ruído.
- Redefinição das frentes de expansão urbana, na sua articulação espacial com fontes emissoras de poluição sonora.
- Preservar zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros regulamentares.
- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização de ruído nas zonas urbanas mais sensíveis.
- Adotar medidas para a minimização da emissão de ruído originadas pela indústria e pelo tráfego de veículos pesados associado.

## ÁGUA

- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos, incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes, do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados.
- Identificar e resolver as causas de perdas na rede de abastecimento de água.
- Delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção.
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.
- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho.
- Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação em locais de edificação dispersa.
- Combate as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação dos recursos hídricos.
- Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos do concelho (superficiais e subterrâneos).
- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola,
- Utilização de água residual tratada proveniente de estações de tratamento de águas residuais urbanas, em usos que se considerem viáveis, nomeadamente, na lavagem de pavimentos urbanos e de veículos, na limpeza de coletores e na rega de espaços verdes.
- Monitorizar a qualidade da água superficial e subterrânea.
- Prever a existência de um sistema de drenagem de águas pluviais;
- Promover técnicas de implementação de povoamentos florestais minimizadoras de erosão e de proteção de nascentes e linhas de água;

## SOLO

- Promover o estudo dos solos contaminados;



- Fomentar a proteção, recuperação e valorização dos solos degradados não só pelas más práticas agrícolas, bem como pela florestação intensiva de pinhal e eucalipto.

#### **ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

- Definir e implementar uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, ao nível municipal, ou intermunicipal.

#### **ENERGIA**

- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético concelhio.
- Promover o aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis.

#### **INCÊNDIOS**

- Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal.
- Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas.
- Promover ações de florestação nas áreas ardidas, tendo em conta os princípios e objetivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal e o Código de Boas práticas na recuperação de áreas ardidas.
- Promover a adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

#### **EROSÃO**

- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, assim como: o incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais suscetível à erosão e o incentivo a práticas agrícolas mais adequadas.

#### **CHEIAS**

- Identificar as zonas de leito de rio ou cheias e salvaguardar a sua manutenção, bem como interditar a construção de novas edificações;

- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
- Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias.
- Prevenir a construção de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação.
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos, para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias.

Para além das medidas de controlo supracitadas, foram igualmente elaboradas orientações para a implementação de um programa de seguimento. Com isto, pretende-se verificar a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar e corrigir os efeitos negativos imprevistos, monitorizando a AAE do Plano.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores de sustentabilidade e respetivas metas que servirão de base à implementação do Plano de Controlo, durante o período de execução do Plano.

**Tabela 8.** Plano de Controlo.

**FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Áreas Classificadas</b>				
Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural em áreas classificadas	Áreas classificadas	ha	CMFZ/ICNF	Anual
<b>Conservação da Natureza</b>				
Promover política de conservação da natureza	Ações de conservação e gestão de espécies e habitat	Nº	CMFZ	Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Gestão e Conservação da Floresta</b>				
Promover a diversificação florestal	Área por tipologia de povoamento florestal	ha	CMFZ	Anual

### **FCD Ordenamento e Qualificação do Território**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Coesão Territorial</b>				
Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais.	Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestruturização (saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações).	%	CMFZ	Anual
<b>Qualificação urbana</b>				
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade.	Capitação de espaços verdes urbanos.	(m <sup>2</sup> /habitante).	CMFZ	Anual
<b>Mobilidade</b>				
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias.	Vias requalificadas e projetadas	Nº ; Km	CMFZ	Anual

### **FCD Desenvolvimento económico e social**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Desenvolvimento Humano</b>				
Criar e promover o emprego local.	Taxa de População ativa	%	INE	Anual
	Taxa de Desemprego	%	INE	Anual
<b>Competitividade e Desenvolvimento local</b>				
Aumentar a competitividade empresarial / industrial.	Áreas empresariais/industriais estruturados e infraestruturados.	ha	CMFZ	Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Dinâmica turística</b>				
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística.	Intensidade turística	(número de dormidas em milhares/população residente em centenas).	INE	Anual

### **FCD Património e Paisagem**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Património</b>				
Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico	Imóveis classificados	N.º	CMFZ/DGPC	Anual
	Sítios e estações arqueológicas	N.º	CMFZ/DGPC	Anual
<b>Paisagem</b>				
Preservação e valorização da qualidade paisagística	Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas	Área	CMFZ	Anual

### **FCD Qualidade Ambiental**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Água</b>				
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.	Variação da qualidade da água superficial e subterrânea.	Estado das massas de água	CMFZ	Anual
Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.	Perdas de água no sistema público de abastecimento.	%	CMFZ	Anual
<b>Resíduos</b>				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	Taxa de separação de resíduos.	%	Resitejo	Anual
<b>Ruído</b>				
Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	Área concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).	ha	CMFZ	Anual
<b>Ar</b>				
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública.	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites.	N.º	CCDR LVT	Anual

4

### **FCD Energia e Alterações Climáticas**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Energia</b>				
Utilização de Fontes de Energia Renovável.	Utilização efetiva de energias renováveis no município.	%	DGEG	Anual
<b>Alterações Climáticas</b>				
Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).	Emissão de GEE	kTCO2/km2	APA	Anual

### **FCD Riscos Naturais e Tecnológicos**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Cheias</b>				
Gestão das áreas inundáveis	Variação da população em área de risco de cheia	%	CMFZ	Anual
<b>Incêndios</b>				
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais	Área ardida.	ha	ICNF	Anual
<b>Erosão</b>				
Controlar os processos de erosão do solo	Medidas de salvaguarda das áreas de potencial risco.	N.º	CMFZ	Anual
<b>Riscos Tecnológicos</b>				
Diminuir o perigo decorrente de acidentes industriais	Área ocupada por indústrias em zonas habitacionais.	ha	CMFZ	Anual

Ferreira do Zêzere, 20 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

  
  
MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE  
Câmara Municipal



**PROMOTOR:** Município de Ferreira do Zêzere

**DOCUMENTO:** Declaração Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere

**RESPONSÁVEL:** Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, Bruno José da Graça Gomes

**DATA:** 20 de setembro de 2024

